

DIOCESE DO FUNCHAL

A PRIMEIRA DIOCESE GLOBAL

HISTÓRIA, CULTURA
E ESPIRITUALIDADES

VOLUME II

INTERVIR+ para uma região cada vez mais EUROPEIA!



Intervir+

Programa Operacional de Valorização
do Potencial Económico
e Coesão Territorial da RAM



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013



REGIÃO AUTÓNOMA
DA MADEIRA



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional

Esta obra foi publicada no âmbito do projeto '500 Anos da Diocese do Funchal'
apoiado pelo programa 'Intervir +'

TÍTULO

Diocese do Funchal - A Primeira Diocese Global:
História, Cultura e Espiritualidades [Volume II]

DIREÇÃO

José Eduardo Franco e João Paulo Oliveira e Costa

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Cristina Trindade e Joana Balsa de Pinho

AUTORES

Aires Gameiro, Alberto Vieira, Ana Patrícia R. Alho, Annabela Rita, António Carrilho
António José Borges, António Manuel de Andrade Moniz, António Mateus Vilhena
Antonio Tejera Gaspar, Augusto Nascimento, Carlos Moreira Azevedo, Cecília Chá Chá
Conceição Estudante, Cristina Trindade, Daniel Pires, Daniela Marcheschi
Danilo Fernandes, Dina Jardim, Elisa Maria Lessa, Francisco Caldeira
Francisco Senra Coelho, Graça Alves, Helena Paula F. S. Borges, Irineu Cabral Barreto
Isabel Barca, Isabel Cruz Almeida, Isabel dos Guimarães Sá, Isabel Mendonça, Isabel Nery
Isabel Santa Clara, J. A. Jesus, Jacinto Jardim, Joana Balsa de Pinho
João Baptista Pereira Silva, João David Pinto-Correia, João Francisco Marques
José Eduardo Franco, José Ornelas Carvalho, José Tolentino Mendonça
José Xavier Dias, Leonor Martins Coelho, Luísa Marinho Antunes, M. Menezes de Sequeira
Manuel Curado, Manuel Hernández González, Manuel Moraes, Margarida Miranda
Margarida Pocinho, Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira, Martinho Soares
D. Maurílio Gouveia, Miguel Real, Paulo Esteireiro, Paulo Ladeira, Paulo Rocha
Porfírio Pinto, Rafael Moreira, Raimundo Quintal, Regina Capelo, Ricardo Santos
Rita Rodrigues, Rui Carita, Sancho Rodrigues, Sandra Leandro, Teodoro de Faria
Teresa Margarida Lopes Brazão Cupertino da Câmara, Vítor Serrão

REVISÃO

Alice Gago, Beatriz Miranda, Carlos Serra
Catarina Pereira, Maria José Figueiredo e Sofia Carvalho

DIREITOS RESERVADOS © Diocese do Funchal

DESIGN DA CAPA DesignGlow

IMPRESSÃO E ACABAMENTO ACD PRINT

DEPÓSITO LEGAL 386540/15

ISBN 978-989-99352-0-4

1ª EDIÇÃO Janeiro de 2015

DIOCESE DO FUNCHAL

Largo do Visconde Ribeiro Real 9001-801 Funchal

Obra produzida e publicada em parceria com
Esfera do Caos Editores

Bizex - Consultadoria, Gestão e Execução de Projetos
APOIO TÉCNICO E CIENTÍFICO À EDIÇÃO

DIOCESE DO FUNCHAL

**A PRIMEIRA
DIOCESE GLOBAL**

HISTÓRIA, CULTURA
E ESPIRITUALIDADES

DIREÇÃO

**JOSÉ EDUARDO FRANCO
JOÃO PAULO OLIVEIRA E COSTA**

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

**CRISTINA TRINDADE
JOANA Balsa DE PINHO**



DIOCESE DO FUNCHAL
1514*2014
IGREJA EM MISSÃO

PLANO DOS VOLUMES

VOLUME I

- 1
ECLESIOLOGIA, IDENTIDADES E GLOBALIZAÇÃO
- 2
EREÇÃO DE UMA DIOCESE GLOBAL:
CONFIGURAÇÕES, ESTRATÉGIAS E CONTEXTOS
- 3
MISSIONAÇÃO E EXPANSÃO PORTUGUESA
- 4
UNIVERSALIZAÇÃO DO CRISTIANISMO:
ESPAÇOS E CONFIGURAÇÕES
- 5
BISPADO DO FUNCHAL:
POLÍTICAS, INTERAÇÕES E REFORMAS
- 6
TEMPOS DA IGREJA E TEMPOS DA SOCIEDADE
- 7
ORTODOXIAS, HETERODOXIAS E SOCIEDADE MADEIRENSE
- 8
EDUCAÇÃO E INSTITUIÇÕES

VOLUME II

- 9
O BELO E A COMUNICAÇÃO DO SAGRADO
- 10
ARTE, ARQUITETURA E PATRIMÓNIO
- 11
LITERATURA, MÚSICA E SOCIABILIDADES
- 12
ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADES
- 13
FIGURAS DA IGREJA MADEIRENSE
- 14
CULTURA, PASTORAL E COMUNICAÇÃO
- 15
RELIGIOSIDADE E ESPIRITUALIDADE
NOS ESPAÇOS INSULARES ATLÂNTICOS

Índice

9	O BELO E A COMUNICAÇÃO DO SAGRADO	13
	A ilha-diocese Madeira como ilha por excelência. Habitar a terra e o céu: o ser humano, os lugares e a cultura Daniela Marcheschi	15
	A celebração do Mistério de Cristo na liturgia e na arte sacra Teodoro de Faria	21
	AMEN - A Madeira Em Nós. Cruzes da Diocese do Funchal: o Sagrado em contexto Museológico Sandra Leandro	47
	E se, acerca de Deus, escutássemos Herberto Helder? José Tolentino Mendonça	65
	O património religioso do Funchal: uma experiência com formandos dos cursos EFA Isabel Barca e José Xavier Dias	73
10	ARTE, ARQUITETURA E PATRIMÓNIO	109
	A Diocese do Funchal na História da Arte em Portugal: a pintura quinhentista Vítor Serrão	111
	Património artístico e arquitetónico da Diocese do Funchal Rui Carita	147
	As sacristias barrocas da Sé e do Colégio jesuítico do Funchal Isabel Mendonça	179
	Pedra Natural Aplicada na sé do Funchal: origem, tipologia e estado de conservação João Baptista Pereira Silva	213
	A Sé do Funchal Primaz das Índias: forma e desenho da obra manuelina Marta Maria Peters Arriscado de Oliveira e Ricardo Santos	229
	O Cadeiral da Sé do Funchal: novos elementos Rafael Moreira	251

	O contributo da <i>World Monuments Fund Portugal</i> na conservação da catedral do Funchal: da alvenaria exterior ao retábulo e cadeiral no interior da capela-mor	261
	Isabel Cruz Almeida	
	O Sistema Hidráulico superior na Catedral do Funchal. Caso de Estudo	273
	Ana Patrícia R. Alho	
	O espólio de pintura do convento de Santa Clara do Funchal	285
	Isabel Santa Clara e Rita Rodrigues	
	A talha na Madeira, entre o Barroco e o Neoclássico: o Rococó	315
	Paulo Ladeira	
	O Azulejo nos Edifícios Religiosos na Madeira: testemunho a preservar	341
	Teresa Margarida Lopes Brazão Cupertino da Câmara	
11	LITERATURA, MÚSICA E SOCIABILIDADES	347
	Representações da diocese do Funchal na <i>Insulana</i> de Manuel Tomás	349
	Martinho Soares	
	Consequências do <i>motu proprio</i> “Tra le sollecitudini” (1903) na música sacra madeirense do século XX	355
	Paulo Esteireiro	
	Práticas musicais nos Mosteiros de Clarissas da ilha da Madeira nos séculos XVII e XVIII: aspetos litúrgicos, culturais e lúdicos da vida conventual feminina	369
	Elisa Maria Lessa	
	A polifonia na diocese do Funchal entre os finais do século XVI e inícios do XVIII	385
	Manuel Moraes	
	Uma diocese literária: contributos de eclesiásticos madeirenses para a literatura regional e o caso de <i>Da choça ao solar</i> , do padre João Vieira Caetano	389
	Luísa Marinho Antunes	
	<i>Descrição da Arrábida</i> , poema barroco do padre madeirense Inácio Monteiro	403
	António Mateus Vilhena e Daniel Pires	
	Padre Alfredo de Paula Sardinha: “o noviço da poética na oração”	413
	Helena Paula F. S. Borges	

	<i>O Estado do Bosque</i> de José Tolentino Mendonça: Indagação e (re)descoberta do sentido da vida Leonor Martins Coelho	421
12	ASSISTÊNCIA E SOLIDARIEDADES	433
	Assistência Social: o papel das Misericórdias na Diocese do Funchal Dina Jardim	435
	Entre leigos e eclesiásticos: doadores e patrocinadores no desenvolvimento das práticas de caridade nas Misericórdias (séculos XVI e XVII) Isabel dos Guimarães Sá	447
	As instituições assistenciais madeirenses na época Moderna Joana Balsa de Pinho	457
	A Ética do conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891) Manuel Curado	463
	Notas sobre a assistência aos alienados na Diocese do Funchal nos séculos XVII-XX Aires Gameiro	481
	As instituições de solidariedade na Igreja da Madeira Francisco Caldeira	493
13	FIGURAS DA IGREJA MADEIRENSE	503
	O Padre Manuel Álvares e a primeira gramática global Margarida Miranda	505
	Santos e caminhos de Santidade na Madeira Maurílio Gouveia	515
	Contribuições do clero madeirense para a ciência M. Menezes de Sequeira e J. A. Jesus	527
	Cabido, Bispo e Governador: o jogo do poder ou o jugo ao serviço do povo? O caso de Joaquim de Meneses e Ataíde (1811-1820) Carlos Moreira Azevedo	553
	D. Manuel Agostinho Barreto. O homem e o seu tempo Francisco Senra Coelho	577

A Ética do conselheiro José Silvestre Ribeiro (1807-1891)

Manuel Curado¹

É provável que já tudo tenha sido dito a respeito do conselheiro José Silvestre Ribeiro, personalidade cujo destino se cruzou com a Madeira da primeira metade do século XIX. Biografado ainda em vida, reconhecido como uma das grandes figuras da história da bondade portuguesa por um autor insuspeito como Victor Ribeiro, na sua *História da Beneficência Pública em Portugal*, nada parece ter faltado às justas homenagens que mereceu ao longo do tempo. As celebrações do bicentenário do seu nascimento, ainda há poucos anos, motivaram investigações científicas meritórias em torno do alcance da sua intervenção pública. Sublinhando a atuação administrativa do conselheiro na Madeira, o Prof. Rui Carita afirma que “o governo do Conselheiro José Silvestre Ribeiro teria recolhido uma aprovação quase perfeitamente ímpar na História da Madeira e constituiria uma legenda que chegou aos nossos dias”². Esta avaliação representa com justiça a percepção que os contemporâneos tiveram desta figura pública. Ainda em 1851, por exemplo, treze funcionários públicos encabeçados por Tibério Augusto Blanc publicaram um opúsculo em que faziam a resenha dos serviços que o conselheiro prestou ao distrito do Funchal, atribuindo-lhe os títulos de “benfeitor da Madeira” e, curiosamente, de “reparador dos templos”, devido ao seu esforço de recuperação de muitas dezenas de templos católicos do arquipélago³. Poucos anos depois, escrevendo de Leça da Palmeira em Outubro de 1865, Camilo dedicava o seu romance histórico *Luta de Gigantes* a esse “homem de bem e doutíssimo literato”, em preito de reverência às “suas reconhecidas virtudes e profundo saber”.

I. A bondade inteligente

Se os estudos biográficos e a história da intervenção administrativa desta figura já estão feitos, e bem, existe ainda, contudo, um enigma a compreender. A ação humana voluntária deriva sempre de um pensamento. Impõe-se, por conseguinte, a pergunta: qual foi o pensamento ético que conduziu a atuação benemérita invulgar para uma figura da governação do país? Não sendo um pensador mas um homem de ação, Silvestre Ribeiro deixou um legado editorial difícil de avaliar devido à sua monumentalidade, em pro-

¹ Universidade do Minho.

² Rui Carita, “O governo do Conselheiro José Silvestre Ribeiro na Madeira”, in *Actas do Colóquio dos 200 Anos do Nascimento de José Silvestre Ribeiro*, Angra do Heroísmo, IAC-Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 118.

³ Tibério Augusto Blanc *et alii*, *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao Distrito do Funchal tem prestado o Conselheiro José Silvestre Ribeiro*, Funchal, Tip. Nacional, 1851.

porção direta com a sua excelência como figura pública e como filantropo. Em perfeita sintonia com a sua atuação nas repartições e nos institutos de auxílio aos mais desamparados, também os livros e opúsculos que publicou em vida são marcados pela ideia de serviço público e de ajuda aos outros. Silvestre Ribeiro não foi autor de livros que, na falta de melhor rótulo, se poderiam considerar “egoístas”. Diferentemente, colocou à disposição do seu país os apontamentos, como modestamente os caracteriza, que ia fazendo nas poucas horas que a sua atarefada agenda pública permitia.

Num texto que assinala a sua passagem pela Madeira, os *Apontamentos sobre as Classes Desvalidas e Institutos de Beneficência*, cujo produto da venda foi sintomaticamente dedicado ao Asilo da Infância da cidade do Funchal, este grande expoente da bondade e um dos maiores beneméritos da história portuguesa, afirmou que “Não basta somente dar uma esmola ao necessitado para lhe matar a fome; é mister imprimir à caridade uma ação moralizadora; é mister encaminhar a beneficência a formar criaturas virtuosas [...] que assim o demandam a dignidade e o bem da sociedade”⁴. Do ponto de vista do conselheiro Silvestre Ribeiro, como se vê, a filantropia deve estar fundada numa ética das virtudes. Não se trata apenas de bondade pura e simples; para isso bastaria dar a tal esmola. Diferentemente, Silvestre Ribeiro propõe uma bondade inteligente. Do lado dos sempre raros esmoleres, a ação de auxílio deverá ser organizada e fundada numa análise racional dos fatores envolvidos. A complementar esta ética está também a ideia de que a inteligência humana não é uma instância fria e calculista mas fundamentalmente bondosa. O gesto de auxílio revela a nobreza intrínseca da inteligência bem formada que realiza a ação bondosa. O bem mais elevado da inteligência deriva de ela, numa velha tradição platónica, não se ocupar de si mesma mas dos outros. Do lado dos destinatários do cuidado benevolente, as esmolas contribuem para que as pessoas auxiliadas se transformem imediatamente; o conselheiro reparou nesta transformação e apropriou-se deste movimento de modo a potenciá-lo. De facto, se uma pequena esmola transforma, um auxílio mais consistente deverá transformar ainda mais. O ponto de referência é a ideia de uma dignidade que pode ser alcançada.

II. Os desvalidos do Funchal

Os textos que acompanham a passagem do conselheiro Silvestre Ribeiro pelo Funchal são muito ricos em ensinamentos sobre os modos de realização desta bondade inteligente. Em especial, o opúsculo já mencionado é todo um programa de ação de filantropia esclarecida. Trata-se aparentemente de uma breve apresentação dos institutos de beneficência do Funchal do seu tempo, nomeadamente o hospital da Santa Casa da Misericórdia, o hospital dos Lázaros, o asilo dos Inválidos, o recolhimento das Órfãs, o asilo da Infância, inventário a que acrescentou também a escola das Meninas. Este pequeno livro em páginas, grande em alcance, é um primeiro ensaio do que se poderia considerar um esboço de uma futura história da bondade na Madeira, começando por

⁴ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, Funchal, Tip. do Madeirense, 1847, pp. 68-69.

estas instituições e acrescentando muitas outras, bem como a ação de personalidades, umas conhecidas, outras que deram o seu contributo para essa história da manifestação da bondade de modo anónimo. Dirigindo-se a uma audiência regional, Silvestre Ribeiro aborda logo de início a sede em que deverá acontecer qualquer reflexão sobre a ação benemérita. Criticando a economia política que defendia que os desvalidos não mereciam qualquer tipo de auxílio, recusa a tese filosófica equivocada de que foram as leis da natureza que condenaram os desafortunados à sua condição, recusando também que tenham sido as leis de Deus a originar o infortúnio. Em notas de surpreende atualidade, Silvestre Ribeiro dá conta da relação entre a automatização do trabalho criada pela Revolução industrial e o desemprego, criando o caso forte de que as questões da miséria não têm muito a ver com as leis da natureza ou com as leis de Deus, mas com a organização da sociedade. Recusa que os homens possam ser reduzidos, como propuseram muitos economistas políticos, a meros números ou máquinas, porque, como afirma, “é bem de requear que as afeições do coração humano, a parte moral, porventura a mais recomendável do homem, tenham sido sacrificadas aos cálculos materiais do interesse”⁵. É também surpreendente que um texto de 1847 tenha reflexões sobre o que hoje se denominaria de biopolítica. A limitação dos casamentos por razões de miséria deve ser abolida porque, caso contrário, estar-se-á a dar um passo muito curto para futuras propostas de apoio ao suicídio dos pobres ou de algo pior ainda. Para o conselheiro, é imperioso que “não se adote tão pouco o ímpio e absurdo arbítrio de privar os miseráveis das deliciosas consolações que resultam do laço conjugal e da paternidade”⁶.

É curioso que estes *Apontamentos* ofereçam toda uma reflexão sobre o método a adotar pela beneficência. A caridade é importante, certamente, mas há que reforçar o papel do trabalho, da educação, do “impulso diretor dos governos” e promover o espírito de associação. Só assim os resultados da beneficência serão permanentes, esclarecidos, eficazes e moralizadores. O objetivo, dado em nota emocional, é o de que os desvalidos encontrem “não só as comodidades, senão também o afetuoso agasalho, o extremoso carinho, o asseio e o conforto que sob o teto paterno desfrutam os filhos mimosos da fortuna”⁷. Mais de dez anos depois, este objetivo ainda o levaria a afirmar que “são infinitamente respeitáveis e santos os laços de família”⁸.

Para realização deste objetivo, Silvestre Ribeiro traça o perfil psicológico das pessoas motivadas para o auxílio: é necessário ter alegria pelo já feito, desenvolver a consciência clara do muito que falta fazer, dar pequenos passos para que o desalento não vença o ânimo, lutar constantemente contra a insensibilidade da avareza, contra a indolência e as “ruins paixões”, e, é claro, ter muita paciência⁹. Desde Aristóteles, as propos-

⁵ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, op. cit., pp. 7-8.

⁶ *Ibidem*, p. 12.

⁷ *Ibidem*, p. 28.

⁸ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, t. II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 89.

⁹ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, op. cit., p. 66.

tas da Ética são baseadas numa Antropologia Filosófica. Pensador profundo, Silvestre Ribeiro não poderia fazer de modo diferente. Um ou dois traços desta reflexão antropológica serão suficientes para ilustrar este ponto. A sua psicologia da ação beneficente tem a perspicácia de reparar em estruturas muito subtis da natureza humana. Repare-se em como é surpreendentemente mais fácil lembrar um favor que nos devem do que as centenas de favores que devemos a outrem. Este enviesamento da percepção moral é denunciado quando afirma que, “por uma fatalidade, inerente à fraqueza do coração humano, são os homens naturalmente inclinados a dar maior atenção aos pequenos males que as coisas ocasionam do que aos grandes benefícios que elas produzem”¹⁰. Repare-se também na desproporção, por vezes causadora de muita dor, entre a força do desejo e a dura realidade: “os desejos do homem são ilimitados, acendem-lhe a imaginação e geram sonhos de ventura que jamais se realizarão”¹¹. Mais do que os traços de carácter necessários para a ação beneficente e mais do que a natureza humana, a maior dificuldade reside talvez no sentido do gesto que realiza o bem. Por modesto que seja, as pessoas que o realizam deverão ter sempre presente a consciência da santidade da sua missão¹². Nenhuma ação morre em si mesma; é como um cristal que transfigura a luz. Limitada como o cristal, tem, todavia, a propriedade de remontar a um sentido que a esclarece.

Silvestre Ribeiro não acredita que o esforço individual seja inconsequente e patético, perdendo-se no mar undoso das coisas. Por um lado, a santidade é um ideal moral que inspira a ação de milhões de pessoas. O pequeno gesto de auxílio nunca se perde porque aponta para um ideal que ultrapassa as circunstâncias históricas. No seu curso literário de 1880, o *Ensaio de Estudos Práticos de Literatura*, propõe um outro ângulo para este ideal. À santidade acrescenta os efeitos do sublime artístico ou literário, aquele momento em que as pessoas sentem “que a alma se lhes dilata, o espírito remonta às regiões elevadas [...] e a individualidade humana vê alargada a esfera da inteligência até do aperfeiçoamento moral”¹³. Por outro lado, acredita que a bondade inteligente pode proporcionar uma cadeia de benefícios com impacto económico nos países. As recomendações para o futuro que deixa aos Funchalenses são ricas em ideias para a implementação de modos racionais de providenciar o auxílio. Assim, propõe, por exemplo, a criação de associações filantrópicas de pessoas abastadas. Desde o seu discurso preliminar na função de governador civil do Funchal, em Novembro de 1846, esta ideia é apresentada com entusiasmo. Admoestando os agentes sociais com capacidade de realização, numa época especialmente difícil devido à perfeita tempestade da falta de produção de cereais, da doença da batateira, da emigração, da baixa do preço do vinho e da

¹⁰ José Silvestre Ribeiro e Sérvulo Drummond de Menezes (orgs.), *Uma Época Administrativa da Madeira e Porto Santo, a contar do dia 7 de outubro de 1846*, vol. I, Funchal, Tip. Nacional, 1849, p. 547.

¹¹ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. II, p. 325

¹² José Silvestre, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, op. cit., p. 28.

¹³ José Silvestre Ribeiro, *Ensaio de estudos práticos de Literatura*, Lisboa, Imprensa de J. G. de Sousa Neves, 1880, p. 4.

fome, tenta levantar os ânimos: “Homens da riqueza e da inteligência! Que isolamento é a vossa? Não tendes acaso notícia das maravilhas criadas pelo espírito de associação?”. O paradoxo desta intervenção pública de uma figura do Estado deriva da recomendação de não se acreditar que será o Estado a resolver os problemas das pessoas. Em Silvestre Ribeiro encontra-se o espetáculo de o melhor do Estado já não esperar nada de significativo do próprio Estado: “Engano, ilusão grande é essa! Olhai para os países mais civilizados, e vereis que as associações entre particulares [...] são quem tem feito florescer a agricultura, desenvolver a indústria, alargar o comércio”. Do seu ponto de vista, o Estado desempenha um papel residual: “os Governos só protegem, só aplanam a estrada dos melhoramentos, só removem as dificuldades”¹⁴. Pouco mais de um ano depois destas palavras, em ofício aos administradores de concelho da Madeira, de 31 de Janeiro de 1848, afirma com eloquência que “os pobres são os filhos prediletos de Deus, e tudo prescreve aos abastados da terra a imperiosa obrigação de os socorrer, de os vestir, de os alimentar”¹⁵. Recomendação inovadora (para se ter um ponto de referência internacional, o movimento dos Rotários só viria a ser fundado em 1917, setenta anos depois destas propostas), este pensamento ainda o ocupava trinta anos depois, no livro que recolhia muitos textos dispersos sobre filantropia, *O que há sido feito e o que há a fazer em matéria de Beneficência*: “se os abastados ou remediados da terra constituírem comissões de beneficência [...] grande, imenso benefício será feito à humanidade”¹⁶.

Se a ideia destas associações acompanhou o conselheiro mais de trinta anos depois de ter saído da Madeira, alguns outros projetos têm um propósito mais local. São exemplo disso a fundação de instituições segundo modelos estrangeiros bem-pensados, tendo em atenção a especificidade da região, nomeadamente a fundação de uma escola agrícola, a criação de casas de asilo noturno, a criação de uma caixa económica, a fundação de um Monte de Piedade que proporcionasse “empréstimos sobre penhores”¹⁷, a extinção urgente da mendicidade, e a criação de sociedades de recolha, de administração de esmolas ou legados e de prestação de socorros mútuos. Algumas destas ideias tinham precedentes estrangeiros; outras inspiravam-se em casos portugueses, nomeadamente na experiência das Misericórdias e da Casa Pia de Lisboa.

Se é fácil verificar a base intelectual muito desenvolvida da ação benemérita que é proposta nessas páginas, não é tão evidente encontrar os sinais da base espiritual que animava a intervenção do conselheiro e das suas recomendações para o futuro. Esta filantropia está profundamente alicerçada no Cristianismo porque, para Silvestre Ribeiro, “a caridade tornou-se a primeira das virtudes, ou antes o fundamento de todas elas, e

¹⁴ José Silvestre Ribeiro e Sérvulo Drummond de Menezes (orgs.), *Colecção de documentos relativos à crise da fome por que passaram as Ilhas da Madeira e Porto Santo no Ano de 1847*, Funchal, Tip. de Bernardo F. L. Machado, 1848, pp. 16-17.

¹⁵ José Silvestre Ribeiro e Sérvulo Drummond de Menezes, *Uma época administrativa da Madeira e Porto Santo*, op. cit., vol. II, p. 271.

¹⁶ José Silvestre, *O que há sido feito e o que há a fazer em matéria de beneficência*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1878, p. 29.

¹⁷ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, op. cit., p. 70.

desde esse momento operou-se no mundo a maior revolução moral de todos os séculos¹⁸. A perceção que os seus contemporâneos tinham da sua ação pública estava de acordo com isto; assim, por exemplo, um artigo de opinião do jornal madeirense *O Independente*, de 30 de janeiro de 1847, referia-se ao governador como “o homem da caridade cristã”¹⁹. Vê-se, pois, que há todo um pensamento a organizar a filantropia do conselheiro. A sua metodologia do Bem é clara: apresenta uma justificação do auxílio, defende a organização racional da ação beneficente (com modelos comprovados estrangeiros ou portugueses, com soluções inovadoras e sensíveis ao contexto regional), elenca tarefas a realizar de modo continuado. A unir as grandes linhas do método está a ética das virtudes.

III. O catálogo das virtudes

No livro que Silvestre Ribeiro dedicou à épica camoniana, *O Estudo Moral e Político sobre Os Lusíadas*, encontra-se um catálogo das virtudes intemporais. Com este rótulo, o assunto é indubitavelmente estranho aos olhos de um leitor contemporâneo. Contudo, desde o livro mais velho da história da Europa, *A Ilíada*, com os modelos éticos da Idade do Bronze, passando pelas éticas de Aristóteles (*Ética a Eudemo*, *Ética a Nicómano* e *Magna Moralia*), até ao recente *The Book of Virtues* do norte-americano William J. Bennett, sempre existiram catálogos de virtudes. Todas as civilizações os têm. O assunto parece ter desaparecido do horizonte contemporâneo, como já afirmaram eticistas insuspeitos, como Alasdair MacIntyre, no seu clássico *After Virtue*, o que poderá justificar a sensação de estranheza que o livro de Silvestre Ribeiro pode originar hoje. Procurando reconhecer no poema épico uma daquelas pérolas literárias que iluminam a ação humana, o administrador do Funchal acaba por produzir um conjunto de estudos que inventaria as virtudes do comportamento humano, não se esquecendo do seu lado sombrio. Dos temas genéricos, como o Estudo n.º 8, “O valor do tempo: o grave defeito da procrastinação”, ou como o Estudo n.º 10, “Inquietações da existência humana”, até temas históricos, como o Estudo n.º 11, “Iniciativa dos soberanos de Portugal na abolição da pena de morte”, o catálogo das virtudes dificilmente se esquece de alguma parte importante da vida humana. Do lado positivo, encontram-se o amor da pátria, a firmeza do carácter, a perseverança, a amizade, o uso sábio do tempo, a boa reputação, a hospitalidade, a gratidão, o louvor dos outros, a educação aprimorada, o respeito devido aos pais e aos mais velhos, a gentileza para com as mulheres, o apreço pelo povo simples, a afabilidade das maneiras, a brandura na fala, o amor pela verdade, a humildade, a condenação do orgulho e da soberba, a promoção de uma atitude nobre e magnânima perante a vida, a força de vontade, a luta contra as paixões próprias, a luta pela justiça e o treino constante da fortaleza do espírito contra a adversidade e a morte.

¹⁸ *Ibidem*, p. 25

¹⁹ José Silvestre Ribeiro e Sérvulo Drummond de Menezes (orgs.), *Coleção de documentos relativos à crise da fome*, *op. cit.*, p. 70.

A culminar este catálogo impressionante de virtudes, disfarçado de apontamentos literários de um leitor apaixonado pela poesia épica de Camões, está o mandamento, especialmente difícil, de esperar o auxílio da Providência, o que mais não é do que colocar toda a vida de um homem nas mãos de Deus: “Temos a profunda convicção de que, assim como há uma providência para a ordem física do Universo, assim também existe para a ordem moral”²⁰. É pouco provável que um livro de virtudes possa ter leitores num mundo que Silvestre Ribeiro caracterizou muitas vezes como dominado pela ciência, pela técnica e pela organização da vida em torno quase exclusivo das paixões sensuais do indivíduo. Já ninguém parece ler hoje livros de virtudes, e talvez tenha sido a percepção de algo semelhante a que conduziu Silvestre Ribeiro a disfarçar o seu debaixo da capa de apontamentos de leitura para uso da mocidade, tal como faria, poucos anos depois, em 1886, o italiano Edmundo De Amicis, com o seu *Cuore*, um catálogo de virtudes disfarçado de literatura infantil.

O catálogo não deixa de considerar o lado menos virtuoso da vida humana, como se disse. Este apaixonado por Camões e por tantos outros grandes escritores, a alguns dos quais dedicou muitos livros monográficos (Dante, Calderón de la Barca, Padre João de Lucena, Luísa Sigea, Von Humboldt), alonga-se no inventário quase impossível das forças que impedem a realização do catálogo das virtudes. Aí estão a inveja, a perversidade, a deslealdade e traição, a indiferença perante o sofrimento dos outros, a prosperidade dos indignos e o velho tema do desconcerto do mundo, a ambição importuna, a paixão do interesse próprio, a sede do ouro, a adulação, o ócio, a ingratidão, o mau uso do tempo na procrastinação, a hipocrisia, a corrupção dos detentores de cargos públicos, a parcialidade dos magistrados, a credulidade e cegueira, os gostos enganosos, as esperanças fúteis e as promessas vãs. A lista é, como se vê, muito longa.

O olhar perspicaz de Silvestre Ribeiro consegue embaraçar os leitores contemporâneos com análises finas sobre a psicologia coletiva dos Portugueses. Repare-se em apenas duas delas que captam traços menos virtuosos da forma de ser lusitana. Diz acertadamente o conselheiro que os Portugueses não têm a virtude da perseverança e desistem facilmente das coisas começadas: “Somos fervorosos no princípio, mas a pouco e pouco vamos afrouxando, até que de todo caímos na indolência, na apatia”²¹. Se a falta de perseverança atormenta a história portuguesa, mais problemática ainda é a força desproporcionada da inveja: “É a inveja tão vil, tão miserável, que nunca será demais encarecer a sua fealdade. Por desgraça, parece ser este o defeito mais característico dos Portugueses; e não só dos de hoje, mas até dos de outras eras, em que porventura havia neste reino mais virtude”²². Como se vê, a perspectiva que o conselheiro tinha de Portugal não está enviesada pelo encómio fácil do seu país, mas, diferentemente, obedece ao preceito epistémico e ético de respeitar a realidade.

²⁰ José Silvestre Ribeiro, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853, p. 31.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 20.

²² *Idem, ibidem*, p. 15.

IV. Diagnóstico Civilizacional

Um tema recorrente do pensamento de Silvestre Ribeiro é a reflexão sobre a sociedade do seu tempo e a dúvida recorrente sobre se existirá algum progresso moral. Pergunta com perplexidade, perante os amplos indícios do progresso material, “terá acaso ocorrido o melhoramento moral da espécie humana?”, acrescentando de imediato que “é bem de reear que não possa responder-se afirmativamente”²³. Silvestre Ribeiro não compreende por que razão aconteceu um progresso tão extraordinário no mundo da técnica e um retrocesso moral aparente no mundo dos comportamentos e dos valores. Pergunta-se, com uma perplexidade que ainda hoje faz sentido, “não é porventura contraditório que o progresso seja tão sensível na ordem física, na parte material da existência humana, e até na vida de relação, e que ao mesmo tempo não melhorasse a condição moral do homem?”²⁴. A causa última desta situação escapa por completo ao conselheiro. Não tem uma teoria para a explicar e não acredita que se tenha alcançado qualquer ganho de felicidade no apoucamento das exigências éticas da ordem moral. A sede do ouro ou “as inspirações de um egoísmo desalmado” não parecem ser razões suficientes para fazer desaparecer a perplexidade. O ponto mais preocupante de todos os diagnósticos morais que efetua nas suas obras é o da tendência mais perigosa da época moderna, o “deificar a própria Humanidade”²⁵.

O livro sobre a épica de Camões propõe – como se vê, um amplo diagnóstico civilizacional e cultural – é um catálogo de virtudes no sentido em que, através da reflexão sobre os dados sociais e históricos de uma sociedade, almeja alcançar a causa do que impede o comportamento virtuoso de qualquer pessoa. O livro tem ostensivamente um assunto português mas o catálogo de virtudes que encerra é universal. Não poderia ser de outra forma: o *Hagakure* tem assunto japonês mas o caminho do guerreiro é uma proposta universal; os livros sapienciais do *Velho Testamento* têm assunto israelita, mas a lição de sabedoria que encerram é perene; centenas de outros paralelos poderiam ser traçados.

Para obter um retrato do estado ético do tempo em que vivia, são muitas as metáforas médias a que o conselheiro recorre. No primeiro tomo de *Alguns Frutos da Leitura e da Experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, refere-se ao auxílio à “natureza do doente”, propõe que se promova o “curativo da enfermidade” e estabelece para si próprio o programa intelectual de “conhecer de perto o mal que vai corroendo o espírito e o coração dos homens”²⁶. As várias formas de auxílio (a instrução literária e científica, a leitura, o contacto com modelos morais) são aliás apresentadas como um contraveneno²⁷. O diagnóstico aponta para um curso de ação que remedeie a situação.

²³ *Idem, ibidem*, p. 49.

²⁴ *Idem, ibidem*.

²⁵ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. I, p. 12.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 18.

²⁷ *Idem, ibidem*, p.17.

De onde poderá vir o auxílio? Silvestre Ribeiro reconhece que compete à Religião, à Filosofia e às Leis “melhorar a condição moral do homem, como meio de o tornar feliz sobre a terra”²⁸. Infelizmente, conclui, a ação desses meios é muito lenta e não parece ter a força necessária para atenuar o dano causado pelo progresso técnico sobre a ordem moral. Em conformidade, Silvestre Ribeiro parece colocar toda a sua esperança no trabalho que cada indivíduo pode fazer sobre si mesmo e na comunidade em que vive. A esperança não vai além do braço, do coração, da vontade e do destino de cada um: “é mister convencer-mos de que das diligências de cada indivíduo e da reforma que cada um operar em si mesmo há de resultar o melhoramento geral da condição moral do homem. Faça cada um, no posto que ocupa, quanto em si couber pelo triunfo das ideias sãs, dos bons princípios, dos sentimentos benévolos, a fim de que a paz reine entre os homens e se arreigue a verdadeira fraternidade sem a qual a vida é um martírio”²⁹.

Esta proposta de solução do problema, ou de terapia, posterior ao diagnóstico dos males da civilização técnica, é muito interessante. Numa primeira impressão, parece tratar-se de puro realismo e mera sensatez. Não se apela a nenhuma movimento político que poderia causar mais dano do que os problemas que iria resolver. São vários os seus pronunciamentos contra as utopias políticas e os grandes movimentos de massas, chegando a denunciar “a ambição frenética e desatinada dos demagogos”, justificando-se com a afirmação de que “os desvarios dos utopistas [...] ameaçavam a toda a hora a aniquilação da sociedade”³⁰. Esta abordagem segue a orientação geral do pensamento sobre a beneficência do conselheiro: trata-se de uma manifestação de bondade inteligente. De facto, se cada pessoa tratar de fazer o bem que está ao alcance das suas forças, conseguir-se-á que os grandes problemas fiquem mais pequenos. Contudo, esta proposta é curiosa porque o seu autor não se apercebe de um detalhe: a proposta de terapia tem exatamente o mesmo conteúdo que o diagnóstico civilizacional considera como origem de muitos males modernos. De onde vêm muitos dos males do tempo presente? Já se viu parte da resposta: do individualismo da época, do egoísmo dos agentes sociais, da procura do prazer próprio em menosprezo relativo do cuidado dos outros, da deificação da Humanidade. Trata-se de uma estrutura geral do comportamento humano, uma estrutura voltada sobre o agente. Ora Silvestre Ribeiro propõe também um trabalho individual: cada um deverá fazer o que estiver ao seu próprio alcance. É evidente que há diferenças: o egoísmo sensualista da primeira estrutura não se confunde com o altruísmo do trabalho individual. O que causa surpresa é a semelhança estrutural da ação voltada sobre si mesma. Repare-se no modo como de uma posição se chega rapidamente à outra: o auxílio aos outros só é possível porque se trabalhou previamente a limitação das paixões próprias, se limitou deliberadamente os prazeres e as ambições do ego. Poder-se-ia perguntar por que razão Silvestre Ribeiro recorre precisamente à estru-

²⁸ José Silvestre, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, op. cit., p. 49.

²⁹ *Idem, ibidem*, p. 50.

³⁰ José Silvestre, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. I, p. 169.

tura de comportamento a que atribui o distanciamento da época contemporânea em relação aos valores que são exaltados pelos sábios de todas as épocas, já não falando de bardos como Camões. Não será isso também uma forma de egoísmo, um egoísmo simpático, certamente, mas, ainda assim, um egoísmo? Mais uma vez, parece estar em causa a regra da bondade inteligente. Silvestre Ribeiro olha à sua volta e vê que o individualismo é a marca da civilização da sua época; apropria-se, pois, deste individualismo e procura alterar-lhe o sentido, propondo que a ação do indivíduo seja fundamentalmente bondosa e não já a alimentação inconsequente de um ego sem fundo.

Para complicar tudo isto, há ainda a tormentosa questão da relevância. O que é que diz o privilegiado benemérito do Oitocentismo português? Diz isto: o que alguém fizer de bom em prol dos outros no cargo que desempenhar ou na situação em que estiver terá relevância, isto é, não será uma atividade inconsequente. Atente-se ao problema filosófico: se a proposta implica um trabalho de apoucamento do egoísmo, surge imediatamente uma dúvida. É esta: como se segue que este trabalho tenha alguma importância para o resto da humanidade, quando poderá não passar de um entretenimento ao modo dos velhos anacoretas que se retiravam para o deserto? O que se passasse no seu espírito talvez fosse bom para eles próprios mas inútil para o resto da humanidade. Existirá indubitavelmente na distante Xangai um chinês voluntarioso que resolveu melhorar a sua vida, tal como resolveu alterar a posição dos móveis da sua casa. Infelizmente, a alteração da posição dos móveis dessa casa desconhecida é irrelevante para o resto da humanidade; e, pior do que tudo, o trabalho solitário que esse chinês fez para vir a ser uma pessoa melhor é também irrelevante. A bondade pode não ter sentido no nosso mundo e a sabedoria ser um mero entretenimento para decorar vidas de chineses, vidas de todos nós. Deste ponto de vista, o egoísmo contemporâneo até poderia vir a ser, paradoxalmente, mais útil a todos do que o sábio recolhimento e controlo das paixões de que fala Silvestre Ribeiro. A Mão Invisível do filósofo dos sentimentos morais e fundador da Economia, Adam Smith, não produz apenas efeitos económicos; pode ter uma leitura ética. Se todos formos egoístas e lutarmos pela melhoria das nossas próprias condições de vida, todos irão ganhar. No pensamento ético de Silvestre Ribeiro não está em causa nenhuma retirada literal para o deserto nem nenhuma defesa do egoísmo. Trata-se de fazer o bem que está ao alcance de cada um. O erudito benemérito tinha um amor profundo pela investigação histórica: facilmente poderia ter encontrado figuras notáveis do passado que fizeram exatamente o que propôs, o bem que estava ao alcance de cada um. Entretanto, tanto os beneméritos quanto os monstros morais, tanto os que foram auxiliados quanto os que nada receberam de auxílio, todos morreram. O benemérito Silvestre Ribeiro estava misericordiosamente protegido em relação à dúvida maior que atormenta todos os que querem fazer o Bem. É esta: não será fazer o bem fundamentalmente inútil e inconsequente? Numa terra em que manda a lei da morte e em que tanto os bondosos quanto os indiferentes, tanto os criminosos quanto as vítimas, tanto os beneficiados por uns quanto os prejudicados por outros, têm o mesmo destino, o que vale em última análise a boa ação? Estas questões atravessaram indubitavelmente o seu espírito porque vários dos

seus textos e intervenções públicas revelam a consciência apurada que tinha da efemeridade das coisas do mundo. Nas suas *Cogitações sobre a ilha da Madeira*, um discurso público de Novembro de 1846, afirma de modo heraclítico que “tudo muda sobre a terra: os impérios, bem como o homem, sofrem alternativas em sua sorte”³¹. Dizendo de outro modo: toda a bondade que se realizar de modo esforçado irá passar, também ela se irá desvanecer no rio infinito da mudança e da sorte. Pode acontecer, por conseguinte, que a bondade seja inútil. Como todas as grandes almas que povoam a história da bondade na Madeira e em Portugal, Silvestre Ribeiro não foi incomodado com o ácido universal deste tipo de dúvidas. A pergunta sobre a relevância última da ação humana talvez não possa ser respondida pela inteligência, ou talvez, de modo sábio, o conselheiro a tenha afastado como inoportuna porque quem está a explorar problemas filosóficos tão abstrusos quanto o da relevância última da bondade está a adiar incompreensivelmente o auxílio que deve ser prestado com urgência a quem dele necessita. Não se deve, pois, ver na aparente falta de consideração do problema filosófico da relevância de toda a ação humana, egoísta ou benemérita, uma lacuna do pensamento ético de Silvestre Ribeiro. Não. Não é uma lacuna; no melhor dos casos é um mero adiamento. Quando já não existirem pessoas a sofrer, então será possível que cada um se dedique a problemas cheios de subtilidade como o da relevância da ação. Silvestre Ribeiro realiza o primeiro e mais velho dos mandamentos éticos: faz o bem! As questões de relevância poderão ficar para o ponto mais alto do seu catálogo de virtudes: cada homem deverá fazer tudo o que puder fazer humanamente mas deverá esperar sempre pelo auxílio da Providência. Dizendo de outro modo: sem a crença em Deus toda a ação humana é inconsequente e parece um entretenimento simpático, até mesmo generoso, mas a que falta o sentido último. Silvestre Ribeiro nunca se esqueceu de colocar a sua bondade inteligente sob a luz do mistério. É a isto a que alude quando afirma que “as gerações atuais parecem ter perdido de todo o segredo das grandes almas dos tempos que já lá vão”³². E o segredo de tudo é Deus.

V. Otimismo moral

O diagnóstico civilizacional que atravessa muitos dos livros que Silvestre Ribeiro dedicou à beneficência não parece augurar nada de bom. A tendência das sociedades cada vez mais organizadas em torno da tecnologia e das comunicações rápidas é a de acentuar o egoísmo dos seus agentes. Se isto parecia evidente em meados do século XIX, no século XXI dificilmente é tema em disputa. Contudo, contra esta tendência, Silvestre Ribeiro manifesta um otimismo moral surpreendente. Ao lado das muitas reflexões que faz sobre os progressos técnicos, científicos e comunicacionais, dedicou-se também a rastrear os indícios de progresso moral da civilização. Eles existem indubitavelmente. A

³¹ José Silvestre Ribeiro e Sérvulo Drummond de Menezes, *Colecção de documentos relativos à crise da fome*, op. cit., p. 11.

³² José Silvestre Ribeiro, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, op. cit., p. 49.

lista elaborada pelo Governador do Funchal é eloquente e vasta: nota o fim da odiosa distinção entre senhores e servos, elogia a melhoria histórica do estatuto da mulher, congratula-se com o fim dos castigos bárbaros e ferozes na execução de penas judiciais, felicita os que lutaram pelo fim do infame tráfico da escravatura, aposta com otimismo que já terá acontecido o fim das perseguições religiosas, inventaria os abalos sucessivos que a pena de morte tem tido e alegra-se pelo ascendente da liberdade de comércio entre os povos, sinal de uma liberdade civil mais vasta. Noutros textos congratula-se com a melhoria dos meios de tratamento dos alienados mentais³³ e, até, com a inclusão dos animais na esfera da Ética, nomeadamente no opúsculo de 1876, *Singelo epítome de esclarecimentos acerca da protecção devida aos animais*, e noutros livros³⁴.

É importante sublinhar que o progresso técnico não é por si só um obstáculo ao aperfeiçoamento moral, nem deve ser responsabilizado pelo abaixamento das virtudes ou pelo aumento do sensualismo dos prazeres ou do egoísmo dos interesses. Pelo contrário, Silvestre Ribeiro vê, com alguma inocência, a possibilidade de os meios técnicos auxiliarem a esfera moral. Este otimismo é um aspeto frágil da ética do conselheiro, porque em nenhum momento explica como é que uma civilização que se baseia nos interesses individuais e na procura crescente do usufruto de inúmeros prazeres possa a certa altura arrepiar caminho e voltar a realizar os modelos éticos da Antiguidade. Pior ainda, a bondade laica do administrador do Funchal inspirava-se, talvez de modo inconsciente, na ideia de fraternidade entre os homens, ideia fortemente marcada por conceções religiosas. Também aqui se sente a falta de uma explicação racional para a verificação óbvia de que, se toda a história humana conhecida se baseou no conflito, não é crível que seja remotamente possível a fraternidade entre os povos. Nas palavras generosas do *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, “são inúmeras as aquisições que o género humano tem feito de direitos, de vantagens, de crenças salutares, de leis, de opiniões e de tendências de harmonia”³⁵. Perante isto, é imperioso questionar sobre o que faltará para que os problemas sociais deixem de criar tanto sofrimento. A perspectiva de Silvestre Ribeiro para uma dificuldade tão momentosa é curiosa. Em primeiro lugar, apouca a dificuldade da tarefa e não se apercebe de que os conflitos não são passageiros como birras de crianças mas são parte da estrutura do real. Se a natureza se organiza evolutivamente, então o conflito é parte dessa evolução e não um detalhe que irá desaparecer. Em segundo lugar, puxa do longínquo futuro a eventual solução e situa-a num horizonte temporal muito próximo. Finalmente, vai buscar o ascendente da técnica para auxiliar precisamente o que a técnica contribuiu para apoucar, a ética das virtudes. O texto em que as fragilidades do otimismo moral do conselheiro mais se revelam é claro: “se ainda falta muito para se realizar a verdadeira fraternidade entre os

³³ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. I, p. 117; José Silvestre Ribeiro, *O que há sido feito e o que há a fazer em matéria de beneficência*, op. cit., 21.

³⁴ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. I, p. 118.

³⁵ José Silvestre, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, op. cit., p. 117.

povos, é todavia permitido esperar que esse *desideratum* será conseguido em breve, graças ao desenvolvimento da ilustração, poderosamente auxiliado pela rapidez espantosa das comunicações terrestres e marítimas”³⁶.

VI. O debate intelectual

Um erudito como Silvestre Ribeiro tem necessidade de fundamentar no debate intelectual do seu tempo os seus princípios éticos e as recomendações de ação que propõe. Viu-se que desde os tempos do Funchal que Silvestre Ribeiro esgrimiou argumentos contra uma economia política redutora dos seres humanos a partes da ordem económica. Sem qualquer necessidade de criticar os intelectuais a partir de fora – porque deu provas de trabalho continuado pelo debate de ideias – Silvestre Ribeiro denuncia os efeitos muitas vezes perniciosos de muitos movimentos de ideias na vida quotidiana das pessoas. Chega mesmo a falar de uma atmosfera intelectual causadora de danos: “a atmosfera que nos circunda está carregada de princípios deletérios: nós não respiramos esse ar puro que dá vida mas somente as emanações nocivas de doutrinas e crenças materialistas na filosofia, na literatura, nas ciências”³⁷. Para além da economia política e de algumas medidas de biopolítica, o pensamento contra o qual se levanta revela-se na sua antropologia filosófica, nas suas conceções da alma, das faculdades anímicas, das sensações, da atividade, do exercício e da liberdade do comportamento humano.

A ponderação da quantidade razoável do prazer na vida é um assunto especialmente complexo. Silvestre Ribeiro tem toda uma crítica a fazer aos que promovem uma visão da vida humana em torno da procura dos prazeres. Do seu ponto de vista, estes “enfraquecem o espírito, corrompem o coração, embotam a sensibilidade moral, geram o egoísmo, absorvem a atividade humana e a distraem dos pensamentos e dos projetos graves, arruinam as forças físicas e apressam a morte”³⁸. Alguns anos mais tarde, acrescentaria a estes danos causados pelos prazeres o “aborrecimento a tudo quanto é singelo na vida”³⁹. Esta crítica ao ascendente que a procura incessante do prazer tomou na vida moderna é muito interessante. O governador civil de Beja e de Faro não esmiúça esta questão apartando o conteúdo prazenteiro das experiências subjetivas do número de experiências de prazer que, devido ao excesso, se torna prejudicial. Em complemento desta perspetiva, coloca-se o trabalho no centro da vida humana e os prazeres como “distrações breves das fadigas e do enfado”⁴⁰. Vê-se, pois, que não se trata de nenhuma cruzada contra os malefícios da experiência do prazer por si mesma mas da questão do prejuízo causado pelo descontrolo e pela associação do prazer com os excessos da liber-

³⁶ *Idem, ibidem.*

³⁷ José Silvestre, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa, op. cit., t. II, p. 238.*

³⁸ José Silvestre Ribeiro, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas, op. cit., p. 58.*

³⁹ José Silvestre, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa, op. cit., t. I, p. 174.*

⁴⁰ *Idem, ibidem, p. 58.*

dade. A meta-questão de se saber por que razão os seres humanos não devem dedicar-se totalmente ao que lhes é tão agradável liga-se ao problema mais geral da liberdade política.

Silvestre Ribeiro confrontou-se com o desafio intelectual fascinante que poderia ser rotulado como o problema da impotência da liberdade. O modo que utiliza para equacionar o problema é muito claro: trata-se de descobrir “as causas por que a liberdade não se demora entre os homens, assentando no meio deles o seu tutelar império”⁴¹. A sua resposta é a de que não se têm concretizado as condições que a existência da liberdade impõe aos estados. A lista dessas condições inclui uma justiça inteiramente desenvolvida, o valor da dignidade e, curiosamente, costumes puros, numa alusão provável a uma vida sem excessos de prazer. Como se compreende facilmente, estas são linhas de pensamento de difícil conciliação. Será uma violência inexplicável impedir que os pobres acedam a prazeres que nunca sentiram de modo duradouro. A limitação de acesso ao prazer e a reclamação de costumes puros poderiam merecer sérias reservas. Silvestre Ribeiro, numa linguagem de teor religioso, chega a denunciar esta injustiça: “eu vejo os fracos e os pobres oprimidos desprezados e excluídos do banquete para o qual o Soberano Senhor convidara todas as criaturas”⁴². O referente da palavra “banquete” poderá ser místico, naturalmente, se bem que seja mais provável que o conselheiro se estivesse a referir às vantagens de uma sociedade rica. Neste sentido, está a reclamar o acesso aos prazeres que derivam do desaparecimento da miséria. As muitas analogias que faz entre a boa sociedade e uma família carinhosa apontam para o aumento da liberdade e do usufruto dos prazeres: “reúnem-se os homens em sociedade para serem felizes, e conseguirão tanto mais cabalmente este fim quanto gozarem de maior soma de liberdades [...], quanto mais a sociedade geral tiver para o cidadão a imagem e as delícias da família”⁴³.

Num século que veria o aparecimento de doutrinas de defesa do determinismo absoluto do comportamento humano, Silvestre Ribeiro defende a liberdade radical da ação humana, acompanhada da responsabilização pela mesma. Sublinhando a importância que atribuiu a esta teoria filosófica que entende os homens como entes livres e suscetíveis de responsabilização pelas suas ações, afirma que “pensar [...] noutra sentido é contrariar a natureza das coisas”⁴⁴.

VII. O órgão do Bem e do Mal: a consciência moral

Chegados a este ponto, é importante identificar a base sobre a qual assenta toda a ética das virtudes do conselheiro Silvestre Ribeiro. Alguns aspetos são fundamentais. Sobre a crença em Deus, já se disse alguma coisa. É claro que os seres humanos poderiam ser

⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 187.

⁴² *Idem, ibidem*, p. 188.

⁴³ José Silvestre Ribeiro, *Estudo moral e político sobre Os Lusíadas*, *op. cit.*, p. 236.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, pp. 60-70.

constituídos de tal forma que acreditassem intelectualmente em Deus sem que isso contribuísse para determinar o seu comportamento. O ponto decisivo é, indubitavelmente, a consciência moral dos seres humanos. Silvestre Ribeiro dedica muito do seu pensamento e das suas leituras e pesquisas a tentar compreender o enigma deste tribunal íntimo cujos acórdãos e deliberações teme.

O senso moral é universal para a antropologia filosófica do conselheiro. Todos os homens nascem com a capacidade de discernir o bem e o mal. Esta capacidade não é absoluta; diferentemente, a educação contribui fortemente para o desenvolvimento das intuições morais. Nas suas próprias palavras: “a Consciência existe em todos os homens; mas que será tanto mais luminosa e esclarecida quanto mais cultivada for a razão”⁴⁵. Esta é uma universalidade baseada na natureza humana, nas disposições inatas anteriores à intervenção da educação. Como é evidente, esta universalidade é dissonante com os muitos exemplos de barbárie que atravessam a história humana. Se Silvestre Ribeiro escreveu uma biblioteca sobre a beneficência, muitos dos seus exemplos, estudos e apontamentos abordam o espetáculo difícil de explicar da existência de monstros morais. A seu respeito afirma que “a História nos apresenta exemplos de homens a tal ponto endurecidos e calejados na ferocidade e no crime que de todo deixaram de ser suscetíveis de remorsos. O temeroso e venerando tribunal da Consciência não tem já assento na alma daqueles monstros”⁴⁶. Silvestre Ribeiro chega a dedicar em exclusivo o ensaio intitulado “A Consciência”, o sétimo da obra *Alguns Frutos da Leitura e da Experiência*, a explorar o enigma deste órgão moral. Referenciando muitos casos em que os ditames dessa instância impuseram a dor do remorso, recusa que a intuição moral seja pura, preferindo o entendimento de que é uma operação racional complexa. A equação do problema com que avança é maravilhosamente clara: “a rapidez com que o homem pronuncia semelhantes juízos [sc. morais] faz parecer que não pratica ele operação alguma racional; mas é certo que o homem, em tais casos, abrange na sua compreensão uma série de princípios, dos quais deduz consequências” (*Alguns Frutos*, I, p. 139). O processo não parece poder ser representado de um modo racional frio e automático. Cada avaliação moral é extremamente sensível a dados irrepetíveis e a contextos muito diferentes. Silvestre Ribeiro representa os juízos da consciência moral como uma espécie de tacto que permite a cada pessoa discernir o que é bom do que é mau.

A reflexão sobre o órgão da moralidade proporciona ao governador do Funchal uma oportunidade de unir o seu pensamento ético à prática da vida. A ação filantrópica é a manifestação mais grandiosa da Ética de Silvestre Ribeiro, mas há um aspeto que, de tão privado, passa facilmente despercebido. Como relembrou Michel Foucault em obras já clássicas como *Le souci de soi* ou no seminário norte-americano *The Technologies of the Self*, a análise que cada pessoa faz sobre a sua própria ação é um dos fundamentos mais antigos da Ética enquanto reflexão sistemática sobre as formas possíveis de os seres humanos viverem as suas vidas. Pois bem, as análises introspectivas da consciên-

⁴⁵ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. I, p. 140.

⁴⁶ *Idem, ibidem*, t. I, p. 155.

cia moral atravessam os livros de Silvestre Ribeiro. Ainda antes de ir para o Funchal, escreveu em Angra do Heroísmo, em 1843, um exemplo da sua prática diária de análise da consciência ao final do dia, um pouco antes de se deitar, prática conhecida pelo menos desde os Pitagóricos e, um pouco mais tarde, desde os Estóicos. No texto em que dá conta do que ocorreu num dia banal, relata como se cruzou com uma mulher que lhe pediu esmola acompanhada pelos filhitos andrajosos. Dando umas moedas à pedinte, satisfaz-se com esse gesto e congratula-se interiormente por não ter dado uma esmola demasiado grande, como esteve para acontecer quando agarrou distraidamente uma moeda de grande valor. Contudo, a recapitulação do dia tornou evidente que, logo de seguida, gastou muito mais do que a moeda que não tinha dado à mulher em despesas sem sentido que foi fazendo ao sabor dos encontros com os amigos. Torturado pelo remorso devido à sua leviandade, indignou-se contra si próprio. Este poderia ter sido um evento sem consequências, uma alteração da posição dos móveis na casa de um chinês de Xangai. Todavia, no remorso indignado com que a consciência moral o puniu, Silvestre Ribeiro descobre quem não está no quarto onde se prepara para dormir. Quem são essas pessoas? A resposta é incômoda: são os outros, são os outros que sofrem. Não há grande metafísica nesta descoberta. O espírito do jovem administrador de cerca de trinta e cinco anos rapidamente calcula que as despesas marginais que as pessoas realizam de modo esbanjador poderiam muito facilmente contribuir para a melhoria das condições de vida dos menos bafejados pela fortuna. A bondade inteligente revela-se também nos exercícios quotidianos de análise da consciência e de recapitulação dos eventos. Diz o conselheiro, em registo intimista: “dei-me a meditar profundamente sobre a indiferença com que olhamos para os desgraçados; sobre os muitos recursos que uma bem entendida economia nos pode proporcionar para fazer bem aos pobres; sobre a vaidade e o desejo de ostentação que nos levam a fazer despesas excessivas; sobre os funestos efeitos das paixões e dos hábitos viciosos que, entre muitos inconvenientes que produzem, nos roubam o mais sublime dos prazeres, qual o de sermos úteis aos nossos semelhantes, quando desgraçados”⁴⁷.

O pensamento ético de Silvestre Ribeiro equilibra o debate intelectual elevado, o inventário dos modelos literários de virtude, a proposta de uma antropologia filosófica baseada na liberdade responsável, a proposta de meios racionais de auxílio aos que dele necessitam e, a coroar tudo isto, a recapitulação pessoal diária da atuação quotidiana e o testemunho pessoal. A noite de análise de consciência de que dá exemplo terminou de um modo eloquente, sobretudo quando se tem em conta que o autor era já uma figura pública: “Era um réu conduzido ao tremendo tribunal da consciência [...]. As lágrimas do arrependimento banharam por fim as minhas faces”⁴⁸. Numa qualquer outra área do pensamento, a verdade das teses defendidas não depende do testemunho pessoal. O melhor cientista do mundo e o filósofo mais profundo poderão, em última análise, ser monstros morais. A Ética é uma exceção a este panorama. A reflexão sobre a ação

⁴⁷ José Silvestre Ribeiro, *Alguns frutos da leitura e da experiência oferecidos à Mocidade Portuguesa*, op. cit., t. II, p. 167.

⁴⁸ *Idem, ibidem.*

voluntária exige um compromisso com a vida que se tem. Esta confissão pública não é uma anomalia no percurso de Silvestre Ribeiro. O esmolero arrependido deverá ter anotado certamente muitas outras páginas com testemunhos de análises da consciência ao final do dia que só a reserva e o decoro próprios de uma figura pública terão impedido de publicar. Ainda no Funchal, este tipo de coragem cívica e de harmonia entre o pensamento e o comportamento dá sinal de si nas muitas visitas que fez ao hospital dos Lázaros ao encontro dos “malfadados leprosos”⁴⁹. Cada uma destas partes da vida bastaria para causar admiração mais de um século depois: a bondade inteligente bastaria, as obras publicadas bastariam, o catálogo de virtudes bastaria, a coragem de auxiliar os casos mais difíceis bastaria, o testemunho público de uma análise da consciência também bastaria. Tudo isto constitui a lenda que se mencionou no início. Tudo isto constitui parte do enigma do conselheiro Silvestre Ribeiro. Mas há mais, apesar de, como observa Maria de Fátima Nunes, os dados sobre a sua vida privada serem muito escassos.⁵⁰ Depois de ter perdido a primeira esposa, perdeu o único filho nos jardins do palácio de S. Lourenço; depois desta perda insuportável, perdeu ainda a segunda esposa. Tanto a vida particular da figura pública quanto a reflexão sobre a sociedade do seu tempo poderiam ter levado a que o Reparador de Templos desistisse. A primeira mostra que há templos que não se poderão reconstruir; a segunda que há templos em que já não entram os catálogos de virtudes. A lição ética mais extraordinária desta figura de ação e de pensamento talvez seja esta: não desistir de fazer o Bem. Só podemos estar eternamente gratos ao Benfeitor da Madeira.

⁴⁹ José Silvestre Ribeiro, *Apontamentos sobre as classes desvalidas e institutos de beneficência*, op. cit., p. 50.

⁵⁰ Maria de Fátima Nunes, *José Silvestre Ribeiro (1807-1891). De Idanha-a-Nova às Vivências da Cultura Europeia. Imaginários, Prática Liberal Memória Nacional*, Idanha-a-Nova, Município de Idanha-a-Nova, 2009, p. 64.